

21883/05

AO
CONSELHO DE POLÍTICA AMBIENTAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS -
COPAM
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEAM

Auto de Infração: 003426

AUTO POSTO CATALÃO LTDA., sociedade comercial, inscrita no CNPJ sob o nº 38.633.954/0001-04, por seus procuradores *in fine* assinados, vem, respeitosamente, perante V. Exa., apresentar sua **DEFESA ADMINISTRATIVA**, em face da autuação promovida por este renomado Órgão/Câmara auxiliar do COPAM, lastreando-se nas relevantes razões de fato e de direito adiante alinhavadas:

I- DOS FATOS

O posto revendedor acima mencionado fora autuado por agente ambiental, momento em que se lavrou auto de infração consubstanciando a infração descrita como **gravíssima**:

“5. prestar informação falsa ou adulterar dado técnico solicitado pelo COPAM ou pelos órgãos seccionais de apoio;” (Dec. 39.424, art. 19, par. 3º, inciso 5).

Determinou-se, em face da lavratura do auto de infração, a faculdade de o posto revendedor apresentar sua defesa, consoante dispõe o art. 25, do Decreto n. 39.424/98, o que se realiza neste ato:



II - DA DEFESA

II.1 - DA IMPOSSIBILIDADE DA TIPIFICAÇÃO DA CONDUTA NO INCISO 5º, DO PAR. 3º, DO ART. 19 DO DECRETO 43.127 – NECESSIDADE DE DOLO

O renomado fiscal da FEAM, ao comparecer no empreendimento-impugnante para fins de elaborar seu relatório de vistoria, com escopo de referendar a AAF – Autorização Ambiental de Funcionamento, houve por bem relatar que existem pendências relacionadas com a atividade desempenhada pela empresa.

Informou que estariam pendentes 3 (três) itens, os quais constituiriam faltas gravíssimas, pois sobre os mesmos o empreendedor teria mentido, uma vez que tais itens estariam em desacordo com preceitos da legislação ambiental.

Todavia, o empreendedor nunca mentiu, ou faltou com a verdade, não podendo aceitar o nível de discricionariedade na lavratura do auto de infração.

Prestar informação falsa exige o dolo, ou seja, a intenção de fraudar, enganar o Poder Público, o que não é o caso dos autos! O posto revendedor assinou o termo de responsabilidade mediante orientação da empresa de consultoria, a qual deveria ter sido mais diligente.

Todavia, **não pode o fiscal da FEAM presumir que o dono da empresa mentiu!**

Ora, matéria tão complexa quanto o licenciamento ambiental deveria ter sido pelo menos melhor tratada no termo de responsabilidade, para posteriormente pretender punir alguém, imputando-lhe conduta que pode até mesmo ser classificada como crime.

Isto porque, o tipo do item 5, par. 3º, do art. 19 do Decreto 43.127/2002, exige dois elementos: o **primeiro** é a informação prévia, esboçada, acabada e clara, a ser

solicitada do empreendedor pela FEAM, ou seja, o dever jurídico determinado; e **segundo** o dolo do empreendedor em omitir esse dever.

Quanto ao primeiro elemento acima tratado, importa mencionar que a informação solicitada ao empreendedor não pode ser ampla, a ponto de cair no sentido vago, representado na ordem "*cumpra-se a lei*"!

Vale dizer, o termo de responsabilidade deve conter a obrigação específica que o revendedor deveria cumprir, não podendo ter uma afirmação tão ampla a ponto de ser impreciso seu conhecimento pelo empresário.

Pois bem! Não se pode atestar o descumprimento de informações que não foram endereçadas ao empresário, basta verificar que nenhum dos três itens estão contidos, explicitamente, no termo de responsabilidade!

Se a FEAM é omissa em colocar os deveres, pontuando-os, item por item, no termo de responsabilidade, ou quiçá, em relação anexa, não há que se falar em informação falsa! Não existe prestação de informação falsa de conteúdo implícito!

ORA, SOMENTE SE PODE PRESTAR INFORMAÇÃO FALSA DAQUILO QUE SE CONHECE.

E o caso dos autos é outro completamente diverso. **O empresário não conhece as leis de meio ambiente, com suas correspondentes obrigações, tanto é verdade que este teve que contratar empresa de consultoria ambiental.**

Assim, cabe a indagação: Quem prestou informação falsa?

O empresário é quem não foi! Pois assinou documento (Termo de Responsabilidade) por orientação de sua empresa de consultoria, **de forma que nunca existiu intenção de prestar informação falsa.**

Isto porque o ilícito administrativo imputado, somente pode ser punido se houve dolo, ou seja, a vontade livre e consciente de falsificar ou adulterar, consoante pacífica doutrina e jurisprudência.

Neste sentido, vale-se dos ensinamentos do Direito Penal para corroborar o aqui defendido. Comprove-se, pois:

“O crime de falsidade ideológica se perfaz com dolo específico (STF, mv – RTJ 143/129-30), que é o fim de prejudicar direito, criar obrigação, ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante (TJSP, RT 13-330, 642/283, 590/334, 543/331). **Não há falsidade sem consciência de falsidade** (TJSP, RT 672/292, 491/292). A denúncia deve referir-se ao elemento subjetivo, sob pena de inépcia (TJSP, RT 519/363)”.¹

Dessa forma, não há que se falar que a empresa prestou informação falsa. A afirmação de que houve prestação de informação falsa, insofismavelmente, não se aplica ao caso, visto que o empreendimento apenas assinou documento, instruído por sua empresa de consultoria ambiental, acreditando na capacitação técnica da mesma, além de ser demasiadamente gravosa.

De outro lado, cumpre mencionar que o renomado fiscal da FEAM concedeu prazo de adequação dos itens, que, aliás, ainda não expirou, o que configura a impossibilidade de sancionar a suposta conduta infratora da empresa, uma vez que tal fato significa postergação de qualquer tipo de autuação. Equivale dizer, a autuação somente seria lançada, se não cumprida a ordem do fiscal.

Assim, o ato jurídico que imputa à empresa a violação do art. 19, par. 3º, alínea 5, não encontra supedâneo jurídico, uma vez que possui desvio de finalidade, ao

¹ DELMANTO, Celso. Código Penal Comentado. 6ª edição. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. Pág. 596



aplicar norma sobre conduta não cometida pela empresa, de forma dolosa, ou até mesmo culposa.

II.2- DA DUPLA PRETENSÃO SANCIONATÓRIA PARA A MESMA VISTORIA – CONFIGURAÇÃO DE *BIS IN IDEM*

Não obstante todo o acima exposto, que, por si só, elide qualquer pretensão punitiva desta renomada Fundação, ainda nos cumpre mencionar que o ato administrativo que lavrou o referido auto de infração é nulo, uma vez que se mostra presente clara afronta ao princípio do *non bis in idem*.

Isto porque, em função da mesma conduta, qual seja de restarem pendências com relação às condicionantes impostas pelo COPAM, já foi lavrado um auto de infração anterior, o de nº 003414/2006. O artigo 19, parágrafo 3º, item 2 já contempla a falta de adequação, ou seja, a omissão de forma que não há que se falar em prestação de informação falsa, mormente em face da FEAM ter lavrado este auto de infração praticamente um mês após a lavratura do anterior auto de infração.

Em outras palavras, apesar de tipificada por fundamentos legais diversos, a mesma suposta infração cometida pelo empreendimento ensejou a lavratura de ambos autos. Ora, a administração pública não pode pretender sancionar duas vezes o administrado pela mesmíssima alegada conduta. Além do que, conforme já acima dissertado, a infração configurada no presente auto se mostra demasiadamente gravosa, de forma que este deve, indubitavelmente, ser anulado.

A doutrina e jurisprudência são categóricas em repudiarem a dupla punição por mesmo ato. Comprove-se, pois, *mutatis mutandis*:

**“6. SE JÁ HÁ INCIDÊNCIA DE MULTA DIÁRIA PELO
ATRASO NO INÍCIO E CONCLUSÃO DA OBRA, AFASTA-
SE A CONDENAÇÃO EM SEGUNDA MULTA PELA**

**PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS, SOB PENA DE
PRESTIGIAR UM BIS IN IDEM, O QUE É DEFESO PELO
DIREITO**". (TJDF - APELAÇÃO CÍVEL 20000710112618APC
DF – 2ª TURMA CÍVEL)

III - DO PEDIDO

Pelo exposto, e por tudo o mais encontrado, requer digne este renomado órgão a julgar o pedido procedente, para fins de anular o auto de infração, pelas razões acima expostas. Por cautela, protesta por todos os meios de prova em direito admitidos, bem como seja deferido prazo para juntada de procuração e contrato social.

Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2006.

BERNARDO R. SOUTO

OAB/MG 84.947

LÍGIA MACEDO DE PAULA
ESTAGIÁRIA ACADÊMICA